

EDUCAÇÃO NÃO-VIOLENTA: PROMOVEDO AMBIENTES ESCOLARES SEGUROS E INCLUSIVOS.

Jacilene de Jesus Bezerra Sousa Almeida¹

RESUMO

Este artigo investiga a educação não-violenta como abordagem pedagógica essencial para o enfrentamento das múltiplas formas de violência presentes no cotidiano escolar, especialmente no Ensino Fundamental. Argumenta-se que a construção de uma cultura de paz e respeito, ensinada e praticada como hábito, é fundamental para desconstruir atitudes, linguagens e práticas que violam a integridade e a subjetividade dos sujeitos. São discutidas as tipologias da violência escolar, seus impactos no desenvolvimento físico, cognitivo e psicossocial dos estudantes, bem como a influência da violência familiar e institucional. Destaca-se o papel estratégico da escola como espaço de transformação social, o protagonismo dos educadores na mediação de conflitos e na promoção da empatia, e a importância da parceria com as famílias. Ressalta-se que práticas como a Comunicação Não-Violenta (CNV), rodas de conversa e projetos socioemocionais contribuem para a criação de ambientes seguros, inclusivos e emocionalmente saudáveis. Conclui-se que a educação não-violenta deve ser compreendida como um compromisso ético e pedagógico, capaz de formar cidadãos críticos e solidários, aptos a influenciar positivamente suas comunidades na superação de padrões culturais que legitimam a violência.

Palavras-Chave: Hábito – Tolerância - Diálogo – Exemplo – Cultura – Respeito – Paz.

NON-VIOLENT EDUCATION: PROMOTING SAFE AND INCLUSIVE SCHOOL ENVIRONMENTS

ABSTRACT

This article examines non-violent education as an essential pedagogical approach for addressing micro-scale violence within school environments and for fostering safe and inclusive spaces. It argues that building a culture of peace and mutual respect— taught and practiced as a daily habit —is fundamental to deconstructing attitudes and language that violate the integrity and subjectivity of others. The discussion also explores the impact of normalized violence in family contexts on students and highlights the school's responsibility as a transformative social agent. The promotion of peaceful environments requires intentional and humanizing pedagogical practices, in which teachers model non-violence through dialogue, empathy, and respect for diversity. Ultimately, the article concludes that schools have the potential not only to prepare students for peaceful coexistence but also to empower them to influence their families and communities in overcoming cultural patterns that legitimize violence.

Keywords: Habit – Tolerance – Dialogue – Example – Culture – Respect – Peace.

¹ Licenciada em Pedagogia pela UFMT. Ano 2008. Email: jacimaria.fn81@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este artigo propõe uma reflexão crítica sobre a educação não-violenta como estratégia fundamental para o enfrentamento das múltiplas formas de violência presentes no cotidiano das escolas de Ensino Fundamental. Trata-se de uma violência frequentemente naturalizada no ambiente escolar, que se manifesta de maneira estrutural por meio da repetição de práticas que comprometem a integridade física, emocional e simbólica dos sujeitos. Diante desse cenário, torna-se imperativo promover uma educação emancipadora, capaz de libertar professores, estudantes e a comunidade escolar de atitudes, percepções e linguagens que negam o respeito à subjetividade, ao espaço e à existência do outro — especialmente quando este expressa diferenças de pensamento, comportamento ou identidade (Abramovay et al., 2016; Brasil, MEC, 2023).

A construção de uma cultura pautada no respeito, no diálogo e na tolerância não deve ser concebida como uma utopia, mas como uma prática possível, ensinável e reiterável, capaz de transformar positivamente as relações escolares. Nessa perspectiva, a escola ocupa um lugar privilegiado na desconstrução de mitos que associam a violência à autoridade, evidenciando que seu uso não representa força, mas sim fragilidade comunicativa e ausência de valorização da alteridade. Reconhecer que a delimitação do espaço e da existência do outro não constitui ameaça à identidade do “eu”, mas sim oportunidade de enriquecimento das experiências e dos vínculos interpessoais, é condição para a promoção de convivências mais autênticas e plurais (Camacho, 2000; Guimarães, 2006; Milani, 2003).

Nesse contexto, torna-se necessário problematizar práticas educativas que, sob o pretexto de manter a disciplina, acabam por reforçar modelos autoritários baseados no medo e na ameaça. Não é possível consolidar uma cultura de paz enquanto persistirem abordagens docentes violentas — expressas por palavras, atitudes ou posturas. É fundamental que os educadores assumam o papel de mediadores das relações interpessoais, tornando-se referências concretas de não-violência em suas interações cotidianas com os estudantes. Por meio de uma prática pedagógica humanizadora, tornam-se efetivos os princípios da dignidade, do respeito mútuo e da convivência pacífica (Pelizzoli, 2019; Guimarães, 2006).

Outro aspecto relevante refere-se à naturalização da violência no ambiente familiar e aos seus impactos diretos na vivência escolar. Muitos estudantes ingressam na escola já marcados por experiências de violência doméstica, que, pela recorrência, acabam incorporadas ao repertório emocional e comportamental desses sujeitos. Enfrentar essa realidade exige um esforço coletivo, no qual a escola transcende sua função tradicional de espaço formativo e afirma-se como agente de transformação social, irradiando mudanças para além de seus muros. Reconhece-se, assim, o potencial da educação não-violenta para formar crianças e adolescentes como protagonistas da mudança em seus lares e comunidades, contribuindo para a desconstrução de padrões culturais que legitimam a violência (Ikuma & Leva, 2021; Pereira, 2008; Ristum & Moura, 2006).

A construção de ambientes escolares seguros, inclusivos e acolhedores demanda ações intencionais, estruturadas e contínuas, voltadas ao fortalecimento de práticas pedagógicas que desafiem os modelos tradicionais de controle disciplinar — frequentemente pautados na autoridade hierárquica e na punição. É essencial valorizar metodologias que promovam o diálogo aberto, a empatia genuína e o respeito às diferenças, reconhecendo a diversidade como elemento enriquecedor das relações escolares (Brasil, MEC, 2023; Grossi, s.d.).

Superar a violência no ambiente educacional requer, sobretudo, compreender a escola como território de possibilidades, onde a educação exerce papel central na desconstrução de padrões culturais violentos e na construção de uma nova cultura de convivência. Essa perspectiva amplia o alcance das práticas pedagógicas para além dos limites físicos da escola, pois crianças e adolescentes, ao serem educados em ambientes que promovem a não-violência e a inclusão, tornam-se agentes de transformação em suas famílias e comunidades (Souza, 2018; Guimarães, 2006). Iniciativas como o programa “Escola que Protege”, do Ministério da Educação, exemplificam esforços que articulam escola, família e sociedade na busca pela proteção integral dos estudantes, pela promoção da cultura de paz e pela consolidação de redes intersetoriais de apoio (Brasil, MEC, 2023).

Dessa forma, a promoção da cultura de paz e da educação inclusiva configura-se como estratégia essencial para a redução da violência escolar, integrando práticas pedagógicas orientadas ao respeito mútuo, à escuta ativa e à valorização das competências socioemocionais. Investir nesse modelo é contribuir para a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, capazes de construir relações pautadas na solidariedade e na convivência pacífica, com impactos positivos em toda a sociedade (Milani, 2003; Grossi, s.d.; Pelizzoli, 2019).

2. VIOLÊNCIA

A violência, enquanto fenômeno social complexo e multifacetado, não possui uma definição única e consensual, dada sua expressão diversa nos âmbitos individuais, sociais, culturais e institucionais (Stelko-Pereira & Williams, 2010). De acordo com a Organização Mundial da Saúde (2002), trata-se do uso intencional da força física ou do poder — seja por meio de ameaça ou ação direta — contra si mesmo, outra pessoa, grupo ou comunidade, que resulte ou tenha alta probabilidade de resultar em danos físicos, psicológicos, prejuízos ao desenvolvimento ou privação.

No contexto escolar, a violência manifesta-se de diferentes formas, desde agressões físicas e verbais até expressões simbólicas, como a imposição de normas e exclusões que reproduzem desigualdades sociais estruturais (Stelko-Pereira & Williams, 2010; Priotto, 2008). Trata-se de um fenômeno que envolve relações de poder desiguais, evidenciadas em práticas como o bullying — definido como condutas agressivas, repetidas e intencionais, praticadas por estudantes contra colegas em situação de vulnerabilidade (Runyon et al., 2006; Orpinas & Horne, 2006).

Esses atos violentos podem assumir diferentes configurações no ambiente escolar, como violência contra a escola, violência na escola e violência da escola — esta última relacionada a práticas institucionais ou culturais que legitimam a opressão ou a exclusão (Priotto, 2008). Essa diversidade evidencia a necessidade de compreender a violência em suas dimensões explícitas, como as agressões físicas, e também nas formas mais sutis, como as violências simbólicas que permeiam as relações sociais e educacionais.

Uma abordagem ampliada da violência escolar revela seu impacto profundo na saúde emocional, no desempenho acadêmico e no desenvolvimento social dos estudantes, configurando-se como um dos principais desafios para a construção de ambientes escolares seguros, inclusivos e acolhedores (MDHC, 2024; Stelko-Pereira & Williams, 2010).

Diante dessa base conceitual, o enfrentamento da violência exige a implementação de políticas públicas, práticas pedagógicas e uma postura ética firme por parte das instituições educacionais. Essas ações devem estar orientadas pela promoção da cultura de paz, pelo respeito à diversidade e pelo compromisso com o desenvolvimento integral dos sujeitos, conforme discutido ao longo deste artigo.

2.1 Tipos de violência

A violência escolar configura-se como um fenômeno complexo e heterogêneo, que se manifesta de diferentes formas e em variados contextos, exigindo uma abordagem ampla e sistematizada para sua prevenção e enfrentamento eficaz. Stelko-Pereira e Williams (2010) apontam que a violência pode ser classificada em diversas tipologias, cada uma relacionada às múltiplas dimensões das relações sociais e educacionais, especialmente no ambiente escolar.

A violência física é a forma mais visível e amplamente reconhecida, caracterizada pelo uso da força corporal com o objetivo de causar dor ou sofrimento a outra pessoa. No contexto escolar, essa tipologia inclui agressões como empurrões, tapas, socos, uso de objetos para ferir e, em casos extremos, episódios como sequestros ou atentados (MDHC, 2024). Trata-se de uma modalidade que compromete diretamente a segurança e o bem-estar dos estudantes, sendo frequentemente associada a disputas de poder ou processos de exclusão social.

A violência verbal, por sua vez, envolve o uso de palavras para agredir, humilhar, ameaçar ou desqualificar alguém. No ambiente escolar, manifesta-se por meio de xingamentos, insultos, piadas ofensivas e, com frequência, pelo bullying verbal — que pode gerar impactos psicológicos profundos e duradouros nos envolvidos (Runyon et al., 2006; Orpinas & Horne, 2006).

A violência simbólica representa uma forma mais sutil, porém igualmente nociva. Refere-se à imposição de valores, normas e símbolos que legitimam desigualdades e exclusões, expressando-se em discriminações relacionadas a gênero, raça, classe social, orientação sexual ou deficiência. Essa tipologia está presente nas práticas institucionais e culturais, reproduzindo relações de poder

assimétricas e naturalizando desigualdades dentro da escola (Priotto, 2008; Stelko-Pereira & Williams, 2010).

Outra forma relevante é a violência psicológica, que envolve ações ou omissões capazes de causar sofrimento emocional e comprometer a saúde mental dos estudantes. Exemplos incluem humilhação, isolamento, ameaças, chantagens e manipulações. Embora menos perceptível que a violência física, seus efeitos são igualmente graves e afetam diretamente o desenvolvimento integral dos alunos.

Por fim, destaca-se a violência institucional, relacionada a práticas, políticas ou omissões das próprias instituições educacionais que promovem exclusão, autoritarismo ou desrespeito aos direitos dos estudantes. Situações como punições físicas ou psicológicas, negligência na proteção dos alunos e ausência de políticas protetivas caracterizam essa categoria (Priotto, 2008).

Essas diferentes formas de violência frequentemente se entrelaçam no cotidiano escolar, tornando o cenário ainda mais complexo e exigindo uma resposta integrada que vá além do enfrentamento pontual de episódios isolados. A identificação clara dessas tipologias permite a formulação de estratégias específicas de prevenção e intervenção, como a educação voltada para a cultura de paz, a promoção da comunicação não-violenta e o fortalecimento dos vínculos comunitários dentro e fora da escola (Stelko-Pereira & Williams, 2010; MDHC, 2024).

2.2 Manifestações da violência no ambiente escolar

A violência no ambiente escolar manifesta-se em múltiplas formas e graus, revelando um panorama preocupante e em constante escalada nos últimos anos no Brasil. Casos de agressões físicas, psicológicas, verbais e simbólicas tornam-se cada vez mais recorrentes, comprometendo a segurança, a integridade emocional e o desenvolvimento acadêmico dos estudantes.

Ainda mais alarmantes são os episódios de violência extrema, que, embora menos frequentes, produzem consequências devastadoras. Entre 2021 e 2023, o número de ataques graves em instituições educacionais brasileiras aumentou significativamente, com casos emblemáticos como os ocorridos em creches e escolas de São Paulo e Realengo (RJ), envolvendo o uso de armas e resultando em vítimas fatais. Esses eventos, muitas vezes planejados e divulgados em redes sociais, revelam uma realidade em que a escola deixa de ser um espaço seguro e protegido, passando a conviver com a ameaça constante de tragédias (EBC, 2024).

No cotidiano escolar, a violência interpessoal entre estudantes é uma manifestação contundente, incluindo bullying físico e psicológico, discriminação, exclusão social e conflitos motivados por disputas de poder e controle. Tais atos agressivos, frequentemente repetitivos e direcionados a grupos vulneráveis, impactam profundamente a saúde mental e o desempenho dos alunos (Runyon et al., 2006; Orpinas & Horne, 2006).

Além disso, a violência simbólica e institucional, expressa por meio de práticas que excluem, humilham ou marginalizam determinados grupos dentro da escola, contribui para a construção de ambientes hostis. Instrumentos autoritários ou negligentes adotados pelas instituições educacionais reforçam discriminações e perpetuam desigualdades, interferindo negativamente no processo de aprendizagem e na convivência social (Priotto, 2008; Stelko-Pereira & Williams, 2010).

Outro fator preocupante é a disseminação do discurso de ódio e do cyberbullying, fenômeno crescente impulsionado pelo uso indiscriminado das redes sociais e dispositivos digitais, que amplia o alcance e a intensidade da violência escolar. Esse cenário exige não apenas ações pontuais, mas uma estratégia integrada de prevenção e promoção da cultura de paz, envolvendo família, escola, comunidade e políticas públicas.

Dados recentes indicam que uma em cada oito escolas brasileiras enfrentou ameaças ou incidentes de violência de grande repercussão em 2023, refletindo o aumento expressivo nos índices de agressões físicas e psicológicas no ambiente escolar (Fapesp, 2025). É urgente reconhecer que a violência escolar compromete não apenas a segurança e o direito à educação de crianças e adolescentes, mas também demanda o fortalecimento de práticas pedagógicas voltadas ao desenvolvimento socioemocional, à mediação de conflitos e à construção coletiva da paz.

Assim, as manifestações da violência na escola configuram um fenômeno multifacetado e desafiador, cuja compreensão e enfrentamento exigem esforços articulados, pautados na escuta ativa, no respeito à diversidade e na construção de ambientes inclusivos e acolhedores — pilares centrais da educação não-violenta defendida neste artigo.

2.3 Impactos da violência no desenvolvimento de crianças e adolescentes

A vivência da violência — seja ela física, psicológica ou simbólica — acarreta consequências profundas e multifatoriais no desenvolvimento de crianças e adolescentes, afetando diretamente dimensões físicas, cognitivas e psicossociais (Murray et al., 2016; Oliveira & Marinho-Araújo, 2010). Tais impactos não se restringem ao momento da ocorrência, mas reverberam ao longo da vida, influenciando negativamente a trajetória educacional, a saúde mental e a capacidade de inserção social dos sujeitos envolvidos.

No plano físico, a exposição à violência pode provocar danos imediatos e persistentes. Crianças vítimas de agressões físicas frequentemente apresentam lesões corporais e comprometimentos à saúde, como distúrbios do sono, alterações no apetite e respostas somáticas ao estresse crônico. A violência doméstica e escolar, por exemplo, está associada a modificações neurobiológicas que afetam o crescimento e o funcionamento do organismo, prejudicando o bem-estar geral e o desenvolvimento saudável (Reis et al., 2025; Murray et al., 2016).

No campo cognitivo, ambientes marcados pela violência comprometem significativamente a capacidade de aprendizagem, concentração e processamento de informações. Estudos longitudinais

demonstram que crianças expostas a situações violentas apresentam déficits em memória, atenção e desempenho escolar, com resultados inferiores em avaliações de inteligência e dificuldades para acompanhar o ritmo das atividades acadêmicas (Copeland et al., 2013; Ferro, 2023). Esses prejuízos podem ainda refletir-se em atrasos no desenvolvimento da linguagem, do raciocínio lógico e das habilidades sociais mais complexas.

Do ponto de vista psicossocial, os efeitos da violência são particularmente alarmantes. Crianças e adolescentes que vivenciam contextos violentos tendem a desenvolver sintomas como ansiedade, depressão, transtorno de estresse pós-traumático e baixa autoestima. Tais condições emocionais dificultam a construção de vínculos interpessoais saudáveis e a regulação das próprias emoções — aspectos fundamentais para a integração social e para o enfrentamento das demandas da vida cotidiana (Vivaldi, 2024; Spieker et al., 2013).

Além disso, a violência interfere diretamente na formação da personalidade e no desenvolvimento das competências socioemocionais, essenciais à convivência democrática. A vivência contínua do medo, da desconfiança e da agressividade pode gerar comportamentos violentos, perpetuando ciclos intergeracionais de violência (Ferro, 2023). Em contrapartida, ambientes familiares e escolares que promovem afeto, acolhimento e educação socioemocional contribuem para a superação desses impactos, fortalecendo a resiliência e favorecendo trajetórias de desenvolvimento mais saudáveis (Instituto Hoffmann Brasil, 2024).

Diante desse panorama, torna-se imprescindível uma atuação articulada entre políticas públicas, instituições escolares e famílias, voltada para o reconhecimento precoce dos sinais de violência e para a implementação de estratégias educativas, psicossociais e jurídicas que assegurem a proteção integral de crianças e adolescentes. A efetivação dessas ações encontra respaldo em marcos legais como o Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como nas diretrizes do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC, 2024), que reforçam o compromisso com a construção de ambientes seguros, inclusivos e emocionalmente saudáveis.

3. DIAGNÓSTICO

O crescimento da violência nas escolas brasileiras tem despertado crescente preocupação entre autoridades, educadores e pesquisadores. Dados do Ministério da Educação (MEC, 2024) revelam que, entre 2001 e 2018, a média anual de ataques intencionais a instituições escolares era baixa, com diversos anos sem registros. A partir de 2019, contudo, observou-se uma escalada significativa desses episódios, especialmente nos anos de 2022 e 2023, quando foram contabilizados entre 10 e 15 ataques por ano. O ano de 2023, em particular, foi marcado por nove mortes e 29 feridos em ações violentas premeditadas contra escolas. Tais ataques, frequentemente justificados pelos agressores como resposta a experiências de bullying, agressões ou violências vividas tanto no ambiente escolar quanto

familiar, evidenciam uma crise complexa que demanda respostas institucionais e sociais articuladas (Fapesp, 2023).

Esse cenário impõe reflexões sobre possíveis lacunas na atuação da família, da escola e da comunidade no enfrentamento da violência. A escola, além de seu papel tradicional na formação acadêmica, deve assumir uma função estratégica na promoção de uma cultura não-violenta — que transcenda o controle disciplinar e a lógica punitiva, incorporando práticas de diálogo, escuta ativa e mediação de conflitos. A articulação entre família, escola e comunidade é essencial para a construção de ambientes seguros e acolhedores, capazes de transformar a experiência dos estudantes e contribuir efetivamente para a prevenção da violência (Brasil, MEC, 2023; Pelizzoli, 2019).

Nesse contexto, torna-se urgente a implementação de práticas pedagógicas que incentivem a empatia, o respeito à diversidade e a cooperação. Investir em uma educação voltada para a paz e na formação de educadores preparados para oferecer um atendimento humanizado e acolhedor não apenas contribui para a redução dos índices de violência, como também favorece a formação de sujeitos sociais comprometidos com a transformação cultural da sociedade (Guimarães, 2006; Milani, 2003).

No cenário contemporâneo e globalizado, a educação enfrenta desafios complexos e multifacetados, como salas de aula superlotadas, infraestrutura precária, desmotivação e indisciplina dos estudantes, ausência de participação familiar, desvalorização dos profissionais da educação e fragilidades estruturais no sistema educacional (Brasil, MEC, 2023). É nesse contexto que a educação não-violenta se apresenta como uma proposta pedagógica essencial para orientar o processo de ensino-aprendizagem, fundamentada no diálogo, no respeito mútuo, na escuta ativa e na empatia.

Essa abordagem parte da premissa de que a educação deve ir além da formação intelectual, abrangendo também o desenvolvimento emocional e ético dos indivíduos. Propõe-se, assim, uma formação integral que reconhece a escola como espaço privilegiado de convivência e aprendizagem coletiva (Santos, 2020; Guimarães, 2006). Com base em princípios como a Comunicação Não-Violenta (Rosenberg, 2006), a atenção plena (mindfulness) e a inteligência emocional, a educação não-violenta propõe práticas que favorecem a consciência emocional, a resolução saudável de conflitos e a construção de relações interpessoais pautadas no respeito e na solidariedade (Elisama Santos, 2022; Horário, 2025).

Ao promover uma cultura educativa que acolhe as diferenças e valoriza o potencial humano, a educação não-violenta contribui não apenas para a melhoria do ambiente escolar, mas também para a formação de cidadãos críticos, responsáveis e engajados na construção de uma sociedade mais justa e pacífica (Milani, 2003; Pelizzoli, 2019). Educar para além da simples transmissão de conteúdos técnicos implica desenvolver competências socioemocionais indispensáveis à convivência democrática e à superação dos desafios do mundo atual (Brasil, MEC, 2023).

3.1 A escola como espaço de transformação social

A escola desempenha um papel essencial no processo de ensino e aprendizagem, exigindo a construção de um ambiente acolhedor e intelectualmente estimulante, capaz de despertar a curiosidade e o entusiasmo dos estudantes pelo conhecimento. Como afirma Libâneo (2013), “a escola, enquanto instituição social, tem a responsabilidade de garantir aos alunos o acesso ao conhecimento científico e cultural acumulado pela humanidade, preparando-os para a vida em sociedade e para o mundo do trabalho”. Essa concepção reforça a ideia de que educar vai além da simples transmissão de conteúdos, configurando-se como um espaço privilegiado para a experimentação, a reflexão e a participação ativa, em que o erro e o acerto são elementos constitutivos do processo de aprendizagem (Freire, 1987).

Além da dimensão cognitiva, é papel da escola promover o desenvolvimento das habilidades sociais e emocionais, preparando os estudantes para se relacionarem de forma participativa, solidária e cooperativa. Ensinar o aluno a posicionar-se no meio social com respeito mútuo e comunicação assertiva é também capacitá-lo para lidar positivamente com conflitos e construir relações humanas pautadas na empatia e no diálogo (Colares et al., 2021; Guimarães, 2006). Essa abordagem fortalece a escola como agente de transformação social, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e engajados, aptos a promover mudanças significativas em suas comunidades (Marinho & Freire, 2023).

Adotar práticas pedagógicas emancipatórias significa, portanto, reconhecer a escola como um espaço onde saberes e valores são construídos de forma coletiva e intencional, vinculando o conhecimento ao exercício da cidadania crítica e ao compromisso com uma sociedade mais justa, democrática e plural (Calligaris, 2021; Colares et al., 2021).

O Ensino Fundamental, em especial, constitui uma etapa decisiva no desenvolvimento dos estudantes, marcada por intensas transformações cognitivas, emocionais e sociais. Por essa razão, torna-se indispensável implementar estratégias pedagógicas que promovam a cultura de paz e incentivem o desenvolvimento das competências socioemocionais. Ao estimular o diálogo e a empatia, a escola assume um papel central na construção de vínculos interpessoais saudáveis e duradouros, fundamentais para o bem-estar e o desempenho acadêmico dos alunos.

Entretanto, a efetivação dessas estratégias representa um desafio complexo, uma vez que os estudantes chegam à escola com vivências e contextos diversos, muitas vezes reproduzindo comportamentos e dinâmicas familiares no ambiente escolar. Gardaldi (2019) observa que “a violência é externa às crianças, um comportamento aprendido, que expressa padrões de sociabilidade e modelos de comportamento vigentes no cotidiano de cada criança. Portanto, este comportamento pode não ser aprendido por elas se não forem submetidas a estes padrões, ou se forem constantemente recordadas de que são padrões evitáveis de relacionamento humano – rompendo um

ciclo vicioso e equivocado, a fim de que não permaneça se repetindo nas relações educacionais destes alunos por toda a sua vida” (p. 248).

A valorização das competências socioemocionais, conforme previsto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), abrange habilidades como autoconsciência, autogestão, consciência social, habilidades de relacionamento e tomada de decisão responsável. Tais competências são fundamentais para que os estudantes aprendam a reconhecer e gerenciar suas emoções, além de estabelecer vínculos positivos e construtivos com os outros (Brasil, MEC, 2018; Lopes et al., 2023). Ao contribuir para a prevenção de comportamentos violentos, essas habilidades também favorecem a criação de um ambiente escolar mais inclusivo, respeitoso e colaborativo, preparando os alunos para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo (Instituto Ayrton Senna, 2025; Guimarães, 2006).

Diante desse cenário, emerge uma questão central: como desenvolver uma cultura não violenta e promover um ambiente de ensino e aprendizagem verdadeiramente eficaz? Como transformar a escola em um espaço onde prevaleçam o respeito mútuo e a valorização do outro? Para tanto, é indispensável criar estratégias que estimulem crianças e jovens a refletirem criticamente sobre suas próprias atitudes, incentivando a busca por caminhos que rompam com o ciclo da violência.

Hax (2021) destaca que “um ambiente democrático favorece a construção da cultura de paz, onde todos possam ter direito de opinião, bem como reforçar os direitos que todo cidadão deve ter, diminuindo a desigualdade existente na sociedade.” Promover a cultura não violenta no espaço escolar exige, portanto, mais do que transmitir conteúdos: requer formar sujeitos conscientes, comprometidos com a convivência pacífica e com a justiça social (Jares, 1999).

Cultivar a cultura de paz entre os estudantes significa torná-los agentes ativos da não violência, ampliando o respeito para além dos limites da escola. Esse processo envolve o desenvolvimento da consciência crítica e da responsabilidade social, além de estimular a empatia, a valorização da diversidade e o espírito de solidariedade — elementos essenciais para enfrentar os desafios da contemporaneidade (Politize!, 2023; EduSesc, 2018). Nesse contexto, a Comunicação Não Violenta (CNV), conforme proposta por Rosenberg (2006), configura-se como uma ferramenta pedagógica indispensável, pois favorece o diálogo empático, a resolução pacífica de conflitos e a construção de ambientes escolares mais seguros e acolhedores (Instituto CNVB, 2019; Mackenzie, 2022).

Marshall Rosenberg, psicólogo norte-americano e criador da CNV, desenvolveu uma metodologia estruturada em quatro componentes fundamentais que sustentam uma comunicação empática e compassiva, voltada à resolução pacífica de conflitos (Rosenberg, 2006). São eles: observação sem julgamento, identificação precisa dos sentimentos, reconhecimento das necessidades subjacentes e formulação de pedidos claros e específicos.

O primeiro componente, a observação, consiste em perceber os fatos e comportamentos reais sem emitir julgamentos ou avaliações. Rosenberg enfatiza a importância de distinguir a descrição

objetiva da situação das interpretações ou rótulos atribuídos, o que contribui para reduzir confrontos e preconceitos, abrindo espaço para um diálogo construtivo (MPMG, 2020; CPET, 2021). Por exemplo, em vez de afirmar “Você é desorganizado”, uma observação não violenta seria: “Notei que os materiais não estavam organizados na última semana”.

O segundo componente refere-se à expressão dos sentimentos que emergem da observação. De acordo com Rosenberg, comunicar emoções autênticas — como raiva, tristeza, alegria ou frustração — estabelece um canal honesto entre os interlocutores e favorece a escuta empática (NAPratica.org.br, 2024). Essa expressão exige sensibilidade emocional, distinguindo o que se sente do que se pensa ou interpreta, o que contribui para evitar reações defensivas.

O terceiro componente envolve o reconhecimento das necessidades humanas que estão por trás dos sentimentos. Rosenberg afirma que essas necessidades são universais e estão relacionadas a valores fundamentais como segurança, respeito, pertencimento e autonomia. Compreender essas necessidades permite transcender o conflito imediato e acessar as motivações profundas de cada indivíduo (MPPI, 2020).

O quarto componente diz respeito à formulação de pedidos claros, viáveis e direcionados ao outro, com o objetivo de enriquecer a vida de ambos os envolvidos. Um pedido deve ser positivo, específico e apresentado de forma que o interlocutor compreenda com clareza a ação esperada, facilitando a cooperação e a mudança de comportamento (CPET, 2021; Rosenberg, 2006).

No ambiente escolar, a CNV revela-se uma ferramenta eficaz para a mediação de conflitos, a gestão da sala de aula e o fortalecimento das relações interpessoais. Ao estimular o autoconhecimento dos estudantes e promover relações saudáveis consigo mesmos e com os outros, a comunicação não violenta contribui para a construção de uma cultura de paz desde a infância, cultivando hábitos de empatia e respeito que se refletem na vida pessoal e comunitária (Instituto CNVB, 2019; Mackenzie, 2022).

Dessa forma, o ensino sistemático da CNV possui potencial transformador para o ambiente escolar, promovendo um clima de segurança emocional e respeito mútuo — elementos essenciais para o desenvolvimento socioemocional dos alunos e para o exercício pleno da cidadania (Rosenberg, 2006; Pelizzoli, 2019).

No Brasil, a Lei nº 13.663, sancionada em 14 de maio de 2018, alterou o artigo 12 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), inserindo a incumbência dos estabelecimentos de ensino de promover medidas de conscientização, prevenção e combate a todos os tipos de violência, com ênfase especial na intimidação sistemática (bullying), bem como de estabelecer ações destinadas à promoção da cultura de paz nas escolas (Brasil, 2018). Essa alteração normativa reforça o compromisso legal da educação brasileira com ambientes escolares seguros e inclusivos.

Adicionalmente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) destaca a importância das competências socioemocionais e da formação para a cidadania, apontando como competências gerais da educação básica o respeito ao outro, o exercício da empatia, o trabalho em equipe e o cuidado com o bem-estar coletivo. A implementação de práticas fundamentadas na educação não-violenta constitui, portanto, um alinhamento direto com os objetivos estabelecidos para a educação nacional, promovendo o desenvolvimento integral dos estudantes e contribuindo para a concretização das diretrizes legais e pedagógicas vigentes (Brasil, MEC, 2018; Instituto Ayrton Senna, 2025).

Assim, tanto a legislação quanto os documentos orientadores do currículo convergem para a promoção de uma cultura de paz e para o enfrentamento da violência no âmbito escolar, evidenciando a importância de políticas públicas e práticas pedagógicas que considerem esses eixos como fundamentais para a qualidade e a humanização da educação.

3.2 Papel do educador

Diante dos inúmeros desafios que permeiam o cotidiano escolar, o papel do educador revela-se central e transcende a função tradicional de transmissor de conteúdos. O professor atua como mediador das relações interpessoais, referência ética e facilitador do desenvolvimento humano, contribuindo diretamente para a construção de uma cultura de paz, respeito mútuo e convivência democrática. Para que essa atuação seja efetiva, é imprescindível que os profissionais da educação tenham acesso à formação continuada, ao respaldo institucional e a políticas escolares que valorizem ambientes pedagógicos pautados na escuta ativa, no acolhimento e na gestão pacífica de conflitos, enfrentando a naturalização da violência nas práticas escolares (Tutormundi, 2025; Martins, 2021).

A implementação da educação não-violenta nas escolas exige o comprometimento dos educadores com práticas que promovam o diálogo, a empatia e o acolhimento das emoções dos estudantes. No Ensino Fundamental, especialmente a partir do 5º ano, é fundamental incorporar de forma sistemática experiências pedagógicas como rodas de conversa, mediação de conflitos, práticas de meditação, projetos interdisciplinares voltados ao respeito e à empatia, acordos de convivência, aplicação da Comunicação Não Violenta (CNV), apoio psicológico e escutas individualizadas (Educa Mundo, 2025; Instituto CNVB, 2019).

A Comunicação Não Violenta, conforme proposta por Rosenberg (2006), constitui uma ferramenta pedagógica indispensável. Por meio dela, o educador torna-se um exemplo concreto de empatia e respeito, promovendo nos alunos o desenvolvimento do autoconhecimento, da autorregulação emocional e de competências socioemocionais fundamentais para a construção de relações saudáveis. Essa prática favorece um ambiente escolar em que os estudantes se sentem acolhidos, seguros para expressar suas emoções e necessidades, e engajados na construção de uma convivência cooperativa e pacífica (Tutormundi, 2025; Pelizzoli, 2019).

Além disso, um ambiente escolar que adota a CNV e outras estratégias de educação não-violenta valoriza a escuta autêntica e a compreensão do aluno como sujeito integral, e não apenas

como receptor de conteúdos. Essa abordagem fortalece a confiança, aumenta o engajamento na aprendizagem e reduz os episódios de indisciplina, promovendo uma convivência democrática e solidária no espaço escolar (Martins, 2021; EduSesc, 2018).

Em síntese, o papel do educador configura-se como elemento estruturante na transformação da escola em um território de paz, respeito e aprendizagem significativa. Ao assumir uma postura ética e humanizadora, o professor contribui diretamente para a formação de cidadãos críticos, empáticos e comprometidos com a construção de uma cultura de paz na sociedade.

3.3 A importância da família no enfrentamento à violência escolar

O processo educativo, por sua natureza complexa e multidimensional, não pode ser compreendido como uma atividade restrita ao espaço escolar. Para que se efetive de forma plena, é imprescindível a construção de uma parceria sólida e ativa entre escola e família, cujas responsabilidades e potencialidades devem convergir para a formação integral dos sujeitos. A família, como primeiro núcleo social, exerce influência decisiva na constituição de valores, hábitos e atitudes que impactam diretamente o desempenho escolar e a qualidade das relações interpessoais (Oliveira; Marinho-Araújo, 2010).

Segundo os mesmos autores, é no contexto familiar que se desenvolvem as primeiras habilidades sociais e cognitivas, fundamentais para o êxito e a adaptação no ambiente escolar. É nesse espaço que a criança internaliza conceitos essenciais como respeito, compaixão e resiliência — pilares da convivência harmoniosa e da prevenção da violência. Cabe à escola complementar esse aprendizado, ampliando tais valores e preparando os estudantes para atuarem como agentes ativos na construção da cidadania e na promoção do bem-estar coletivo.

Entretanto, a relação entre família e escola enfrenta obstáculos que dificultam sua consolidação. Diversos fatores interferem nessa dinâmica, como a ausência ou baixa participação dos familiares na rotina escolar, além de dificuldades sociais, econômicas e culturais que comprometem o apoio ao processo educacional (Gomes; Nogueira, 2017). Para que essa colaboração seja eficaz, é necessário um esforço conjunto e a adoção de estratégias que aproximem e engajem as famílias, não apenas como suporte às atividades escolares, mas como protagonistas na formação integral dos estudantes e na prevenção da violência.

O impacto positivo dessa parceria é evidenciado por estudos que apontam a influência direta da participação familiar no desempenho educacional dos alunos. Gomes e Nogueira (2017) afirmam que “a participação da família na vida escolar dos filhos tem apresentado um impacto positivo em diversas áreas, como aprendizagem, motivação e desenvolvimento de habilidades sociais” (p. 445). Essa contribuição transcende o acompanhamento pedagógico, fortalecendo competências socioemocionais essenciais para prevenir comportamentos agressivos e promover um ambiente escolar saudável.

Por outro lado, a ausência de uma atuação familiar efetiva pode representar um fator de risco para a perpetuação de ciclos de violência. Pesquisas indicam que muitos comportamentos violentos observados na escola têm origem em relações familiares marcadas por negligência, ausência de limites ou violência doméstica, o que reforça o papel indispensável da família na prevenção desses fenômenos (Cury, 2003; Cipave RS, 2018). Diante disso, é fundamental que a escola estabeleça uma atuação integrada com as famílias e, quando necessário, articule o apoio de profissionais especializados para lidar com situações que extrapolam o âmbito escolar.

Por fim, a construção de uma cultura de paz e a adoção de práticas inclusivas e não-violentas só serão plenamente eficazes se houver coerência e alinhamento entre as mensagens transmitidas pela escola e pela família. Envolver pais e responsáveis em processos de formação, sensibilização e acompanhamento é, portanto, uma estratégia indispensável para prevenir a violência escolar e promover o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes.

3.4 Conflitos interpessoais e comportamentos agressivos

O Ensino Fundamental representa uma etapa decisiva da educação básica, marcada por intensas transformações cognitivas, emocionais e sociais que influenciam diretamente a vivência escolar dos estudantes. Nesse período, os vínculos interpessoais se intensificam e as dinâmicas de grupo tornam-se determinantes para a experiência educacional, frequentemente manifestando-se em conflitos interpessoais e comportamentos agressivos. Disputas por liderança, exclusão social, bullying verbal e até agressões físicas são recorrentes, muitas vezes decorrentes da dificuldade das crianças em nomear seus sentimentos, expressar frustrações e lidar com as diferenças de forma construtiva (Colegios PH3, 2024; Cipave RS, 2018).

A ausência de ferramentas eficazes para a resolução pacífica desses conflitos agrava o cenário, comprometendo o clima escolar e o processo de aprendizagem. Comportamentos impulsivos, resistência a limites e reações emocionais intensas são frequentemente interpretados de maneira equivocada como simples indisciplina, quando, na verdade, expressam uma demanda urgente por intervenções pedagógicas voltadas ao desenvolvimento da autorregulação emocional e da empatia (Kaits, 2025; Educa Mundo, 2025).

Considerar a diversidade sociocultural e econômica presente nas salas de aula é igualmente essencial, uma vez que a heterogeneidade de experiências dos alunos pode gerar incompreensões, preconceitos e, conseqüentemente, conflitos. A ausência de práticas inclusivas e de acolhimento dessas diferentes realidades promove sentimentos de rejeição e insegurança, impactando negativamente o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes (Instituto CNVB, 2019; Marinho & Freire, 2023).

Para enfrentar esses desafios, torna-se imprescindível a adoção de estratégias pedagógicas que promovam a mediação de conflitos e a construção de um ambiente escolar pautado pela cultura de paz. Técnicas como a comunicação não violenta, rodas de conversa, mediação entre pares, círculos

restaurativos e contratos de convivência têm se mostrado eficazes na promoção do diálogo, da escuta ativa e da responsabilização consciente dos envolvidos, criando espaços seguros para a resolução dos conflitos (Coletivo PH3, 2024; Secretaria Educação RS, 2025).

Além disso, a capacitação dos educadores para identificar sinais emocionais, aplicar práticas de mediação e fomentar habilidades socioemocionais nos estudantes é fundamental para o êxito dessas ações. O envolvimento da comunidade escolar, incluindo os familiares, potencializa a eficácia das intervenções, contribuindo para a prevenção de novos conflitos e para o fortalecimento de relações cooperativas e respeitadas (Porvir, 2023; Pelizzoli, 2019).

Dessa forma, a escola assume um papel ativo na formação de cidadãos críticos, empáticos e capazes de gerir suas emoções e relações interpessoais, promovendo uma convivência harmoniosa e a redução significativa dos comportamentos agressivos.

4. EDUCAÇÃO NÃO-VIOLENTA

A adoção de práticas de educação não-violenta no cotidiano escolar, especialmente no Ensino Fundamental, apresenta elevado potencial para promover transformações significativas tanto no comportamento individual dos estudantes quanto no clima institucional da escola. A construção de ambientes mais seguros, inclusivos e emocionalmente equilibrados é condição essencial para o desenvolvimento integral dos alunos e para o aprimoramento da qualidade do processo de aprendizagem (Tutormundi, 2025; Friedrich, 2022).

Valorizar o diálogo, a escuta ativa e a empatia contribui diretamente para o fortalecimento de relações mais respeitadas e colaborativas entre todos os membros da comunidade escolar. Esse tipo de ambiente favorece a expressão dos estudantes, estimula sua participação nas atividades e os encoraja a aprender com os próprios erros. Ao reduzir tensões e conflitos, cria-se uma atmosfera propícia à convivência pacífica e ao engajamento com o currículo escolar (Horário, 2025; Escola Mais, 2025).

A prática contínua de mediação de conflitos, rodas de conversa e a aplicação da Comunicação Não Violenta (CNV) têm se mostrado eficazes no desenvolvimento da autorregulação emocional dos alunos, refletindo na diminuição de comportamentos agressivos ou impulsivos. A disciplina, nesse contexto, deixa de estar centrada em punições e passa a ser orientada por estratégias educativas que promovem a compreensão mútua e a responsabilização consciente, estabelecendo bases sólidas para a convivência democrática e o crescimento pessoal dos estudantes (Friedrich, 2022; Pelizzoli, 2019).

Ambientes escolares pautados na não-violência promovem, por essência, a inclusão social, valorizando a diversidade cultural, social, étnica e emocional. O enfrentamento de atitudes discriminatórias torna-se parte integrante do projeto pedagógico, assegurando que todos os alunos se sintam pertencentes, respeitados e reconhecidos em sua singularidade (Milani, 2003; Gaidargi, 2019).

Outro aspecto fundamental é o fortalecimento do vínculo entre educadores e estudantes, viabilizado por meio da escuta acolhedora e do reconhecimento explícito das necessidades emocionais dos alunos. Essa conexão favorece o engajamento escolar e contribui para a redução da evasão, da desmotivação e de comportamentos de oposição, consolidando um ambiente propício ao desenvolvimento humano e à aprendizagem significativa (Tutormundi, 2025; Nova Escola, 2025).

Em síntese, a educação não-violenta configura-se não apenas como uma prática pedagógica, mas como um compromisso ético assumido por toda a comunidade educativa. Trata-se de uma abordagem voltada à construção de uma cultura de paz que impacta diretamente na formação de cidadãos críticos, solidários e preparados para os desafios da sociedade contemporânea.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação não-violenta configura-se como uma abordagem essencial e transformadora para ressignificar o ambiente escolar, convertendo-o em um espaço de convivência pacífica, respeito mútuo e desenvolvimento humano integral. Ao investir sistematicamente em práticas que valorizam a empatia, a escuta ativa e a comunicação consciente, a escola contribui para a formação de crianças e adolescentes autônomos, responsáveis e capazes de resolver conflitos de maneira construtiva e colaborativa (Tutormundi, 2025; Friedrich, 2022).

No Ensino Fundamental — etapa decisiva para a construção da identidade e das habilidades sociais — a aplicação dessas estratégias torna-se ainda mais urgente diante dos desafios próprios dessa fase do desenvolvimento. A construção coletiva de acordos de convivência fortalece os vínculos entre educadores e estudantes, ampliando o sentimento de pertencimento, segurança e inclusão. Ambientes escolares organizados sob essa perspectiva oferecem acolhimento e suporte emocional, favorecendo não apenas o aprendizado cognitivo, mas também a saúde mental e o equilíbrio emocional dos alunos (Colégio Anchieta, 2022; Nova Escola, 2025).

Práticas como a Comunicação Não Violenta (CNV), rodas de conversa, mediação de conflitos e atividades voltadas à autorregulação emocional têm demonstrado eficácia na redução de tensões e comportamentos agressivos. A disciplina, nesse contexto, deixa de estar centrada na punição e passa a ser orientada por princípios de compreensão, responsabilização consciente e diálogo. Essas ações configuram uma pedagogia dialógica que fortalece competências socioemocionais como empatia, autocontrole, respeito à diversidade e pensamento crítico — fundamentais para a formação de cidadãos éticos, solidários e reflexivos (Escola Mais, 2025; Gaidargi, 2019).

Outro aspecto relevante é o fortalecimento da conexão afetiva entre educadores e estudantes, viabilizado por um ambiente escolar acolhedor e pautado na escuta genuína. Essa relação impacta positivamente o engajamento dos alunos, contribuindo para a redução da evasão escolar e de comportamentos de oposição (IFRS, 2024). Projetos pedagógicos que incorporam práticas não-

violentas ajudam a transformar a escola em um território de paz duradoura, onde todas as vozes são ouvidas, respeitadas e valorizadas (Sistemapolígono, 2025).

Em síntese, a educação não-violenta deve ser compreendida como um compromisso ético e pedagógico indispensável à construção de uma cultura escolar solidária, capaz de transcender os limites da escola e influenciar positivamente a sociedade. Trata-se de uma proposta que promove o desenvolvimento pleno de todos os sujeitos envolvidos no processo educativo, contribuindo para a consolidação de uma convivência democrática, inclusiva e humanizada.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; SILVA, A. P.; CERQUEIRA, L. **Diagnóstico participativo das violências nas escolas: falam os jovens**. Rio de Janeiro: FLACSO - Brasil, OEI, MEC, 2016.
- BATISTA, Ana líia e EL-MOOR, Patricia. **Violência e agressão**. In: CODO, Wanderley (coord.). Educação: carinho e trabalho. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Educação básica no Brasil**. MEC 2023. Disponível em: < https://www.gov.br/mec/ptbr/centraisdeconteudo/publicacoes/cartilha_recomendacoes_protecao_seguranca_ambiente_escolar.pdf>. Acesso em 10 de Set .2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- GOMES, C. A. V.; NOGUEIRA, C. M. M. Desempenho e acesso à educação: as visões de agentes escolares e familiares. Revista Brasileira de Educação, v. 22, n. 69, p. 431-454, 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Impacto da violência na saúde das crianças e adolescentes: prevenção de violências e promoção da cultura de paz**. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/impacto_violencia_saude_crianças.pdf. Acesso em: 10 out. 2013.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Prevenção à violência contra crianças e adolescentes** – parte 1. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/dicas/150violencia_crianca.html. Acesso em: 10 out. 2013.
- BRASIL. Projeto de Lei nº 1482, de 2023. **Institui a Política Nacional de Promoção da Cultura de Paz nas Escolas**. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/159370>. Acesso em: 07 dez. 2024.
- CAMACHO, Luiza Ishiguro. **Violência e indisciplina nas práticas escolares de adolescentes**. São Paulo. Tese (Doutorado) Faculdade de Educação da USP, 2000.
- CANDAU, Vera. **Escola e violência**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.
- CHARLOT, B. **A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão**. Revista Sociologias, Porto Alegre, v. 4, n. 8, p. 432-443, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/soc/n8/n8a16.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2021.
- DUPRET, L. **Cultura de paz e ações sócio-educativas: desafios para a escola contemporânea**. Psicologia Escolar e Educacional, v. 6, n. 1, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-85572002000100013>. Acesso em: 07 dez. 2024.

- GAIDARGI, Alessandra Maria Martins. **Educação infantil dialógica e não violenta**. São Paulo: Dialogia, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/Dialogia.n33.13602>. Acesso em: 17 dez. 2021.
- GUIMARÃES, Marcelo. **Educação Para a Paz**. Caxias do Sul. EDUCS, 2006.
- HAX, C.S.A. **Educar para Paz: Reflexões pedagógicas em uma escola pública no RS**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pampa, 2021.
- LATERMAN, Ila na. **Violência e incivilidade na escola**. Florianópolis: Letras contemporâneas, 2000.
- LEDERACH, John Paul. **Transformação de conflitos**. São Paulo: Palas Athena, 2012.
- LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- MALDONADO, M. T. **Os construtores da paz: caminhos da prevenção da violência**. São Paulo, Moderna, 1997.
- MILANI, Feizi Masrour. **Cultura de paz x violências: papel e desafios da escola**. In: MILANI, Feizi M.; JESUS, Rita de Cássia Dias Pereira de (orgs.). **Cultura de paz: estratégias, mapas e bússolas**. Salvador: INPAZ, 2003. p. 31-62.
- MORAIS, Regis. **Violência e educação**. Campinas: Papirus Editora, 1995.
- MOURA, Eliana Ribeiro de. **Violência da escola**. Piracicaba. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da UNIMEP, 1998.
- MULLER, Jean-Marie. **Não violência na educação**. São Paulo: Palas Athena, 2006.
- NETO, Aramis Antonio Lopes, FILHO, Lauro Monteiro, SAAVEDRA, Lucia Helena. **Programa de redução do comportamento agressivo entre estudantes**. 2003. Disponível em: <http://www.acterj.org.br/downloads/arquivo/doc-154.pdf>. Acesso em: 30/09/2022.
- NOLETO, M. J. (org.). **Abrindo espaços: educação e cultura para a paz**. Brasília, Unesco/Brasil, 2001.
- OLIVEIRA, C. B. E.; MARINHO-ARAÚJO, C. M. **A relação família-escola: intersecções e desafios**. Estudos de Psicologia, v. 27, n. 1, p. 99-108, 2010.
- PELLIZZOLI, Marcelo Luiz. **Comunicação Não-violenta (CNV): como escuta-diálogo e transformação de conflitos**. Universidade do Ser. EDR-UFPE, 2019. (Org.). **Cultura de paz – restauração e direitos**. Recife: Ed. da UFPE, 2010.
- Piaget, J. **É possível uma educação para a paz?** In: Parrat-Dayan, S. e Tryphon, A. (orgs.). Jean Piaget. Sobre a pedagogia. Textos inéditos. São Paulo, Casa do Psicólogo (original publicado em 1934), 1998.
- ROSENBERG, Marshall B. **Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais**. São Paulo: Ágora, 2006.
- SANTOS, Elisama. **Educação não-violenta: como estimular autoestima, autonomia, autodisciplina e resiliência em você e nas crianças**. 10.ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. **A violência na escola: conflitualidade social e ações civilizatórias**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 105-122, jan./jun. 2001. <https://www.scielo.br/pdf/ep/v27n1/a08v27n1.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2021.
- SOUZA, Luciana Karine de. **Educação para a paz e educação moral na prevenção à violência**. Psic. da Ed., São Paulo, n. 25, p. 131-155, 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psie/n25/v25a08.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2021.
- Tavares dos Santos, J. V. (2001). **A violência na escola: conflitualidade social e ações civilizatórias**. **Educação e Pesquisa**, v. 27, n. 1. Retirado em 29/04/2002, do SciELO (Scientific Electronic Library Online) no World Wide Web: <http://www.scielo.br/ep>
- ZALUAR, Alba. (org.). **Violência e Educação**. São Paulo, Cortez, 1992
- ZAVALETTA, Esther de. **Educação para a convivência**. São Paulo: Ave-Maria, 1999.